

SUSTENTABILIDADE NO MEIO URBANO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

PEREIRA, Gislene (1); ULTRAMARI, Clovis (2)

- (1) Arquiteta, Doutoranda em Meio Ambiente e Desenvolvimento UFPR - Professor UFPR
Avenida Iguaçu, 3382 - CEP 80240 – 031 - Curitiba – PR- gislene@arquit.ufpr.br
(2) Arquiteto, Doutorando em Meio Ambiente e Desenvolvimento UFPR – Técnico IPARDES
Rua Euzébio da Motta, 473 - CEP 80530-260 - Curitiba – PR – ultramar @pr.gov.br

RESUMO

O trabalho aborda a questão da sustentabilidade no meio urbano e discute sua inter-relação com as práticas sócio-culturais.

Nos estudos relacionados ao ambiente urbano, torna-se inevitável a relação entre atividades humanas e uso do espaço. Considera-se que o conceito de ambiente urbano encontra-se estreitamente vinculado a comportamentos, à apropriação e utilização do espaço e à vida comunitária.

A questão da sustentabilidade, portanto, pode, e deve, ser discutida a partir da análise de práticas e conflitos que ocorrem no espaço urbano.

Essa discussão implica que a questão ambiental nas cidades seja entendida em uma concepção abrangente que supõe:

- trabalhar com o conceito de cidade enquanto espaço e suporte natural apropriado no cotidiano da população;
- refletir sobre problemas oriundos da forma como o ambiente urbano é construído;
- analisar instrumentos reguladores, agentes e práticas de intervenção e sua relação com a sociedade envolvida.

Com esses pressupostos, pergunta-se: Quais são as ações possíveis para que se caminhe em direção a uma cidade sustentável, quando tal espaço é comumente entendido como ambientalmente inviável?

Discute-se a questão apresentada abordando dois aspectos: 1) o fato da efetividade dessas ações estar relacionada à formação na sociedade de atitudes e valores positivos em relação ao ambiente urbano e, 2) as possibilidades de isso ser incorporado a políticas urbano-ambientais.

ABSTRACT

This paper discusses the concept of sustainable development concerning urban spaces and the relation between sustainability and socio-cultural practices.

Studies discussing urban environment always outline the relation between human activities and space use. Authors consider urban environment closely related to sociological behaviours, to appropriation of urban spaces and to the way community life is characterised.

Thus, sustainability should be considered according to practices and conflicts observed in the urban spaces. Based on this ideas, authors make the following question: Which are the possible actions to obtain a sustainable development in urban spaces, considering the fact they are largely understood as environmentally unsustainable?

Question is discussed through two aspects: 1) these actions are valid only if community attitudes and positive values towards environment are taken into consideration and 2) the success depends on the incorporation of these possibilities by urban/environmental policies.

1. APRESENTAÇÃO

Este trabalho aborda a questão do desenvolvimento sustentável vinculado ao meio urbano e discute a inter-relação entre sustentabilidade e práticas sócio-culturais.

Nos estudos relacionados ao ambiente urbano torna-se inevitável a relação entre atividades humanas e uso do espaço. Considera-se que o conceito de ambiente urbano encontra-se estreitamente vinculado a comportamentos, à apropriação e utilização do espaço e à vida comunitária.

Essa discussão implica que a questão ambiental urbana seja entendida em uma concepção abrangente que supõe:

- trabalhar com o conceito de ambiente urbano enquanto espaço e suporte natural apropriados no cotidiano da população;
- refletir sobre problemas oriundos da forma como o ambiente urbano é construído;
- analisar instrumentos reguladores, agentes e práticas de intervenção e sua relação com a sociedade envolvida.

Com esses pressupostos, as perguntas que o texto se propõe a discutir são: Quais são as ações possíveis para que se caminhe em direção a um desenvolvimento sustentável nos espaços urbanos (considerando que a efetividade dessas ações está relacionada a práticas cotidianas de uso do espaço urbano)? e Qual a possibilidade real dessas ações serem incorporadas às políticas urbano-ambientais?

2. QUESTÃO AMBIENTAL: UM NOVO PARADIGMA

Para iniciar uma discussão sobre meio ambiente consideramos importante tomar como referência uma questão apresentada por TOPALOV (1986). O autor afirma que nos últimos vinte anos, em inúmeros campos e, em particular, no domínio das políticas públicas e do habitat, alguns temas surgiram e parecem estar se impondo como uma nova visão global. TOPALOV discute a possibilidade de estarmos frente a uma ruptura cognitiva, com a emergência de um novo paradigma: *Um novo senso comum está em via de surgir: o que faz do meio ambiente o problema central em torno do qual, daqui*

em diante, todos os discursos e projetos sociais devem ser reformulados para serem legítimos (p.24).

A ruptura cognitiva associada à constituição desse novo paradigma se manifestaria em dois níveis: 1) redefinição das relações entre sociedade e natureza e, 2) mudança de escala de abordagem, passando da nação para o planeta.

Para explicar o primeiro nível, TOPALOV esclarece que o objeto “sociedade” deixa de estar no centro do discurso para ficar incluído em um outro, a “natureza”. Esta passa a ser vista como um sistema global do qual os próprios homens são elementos.

A segunda ruptura introduzida diz respeito às escalas espaciais dos discursos e dos projetos práticos. O novo paradigma introduz uma mudança fundamental ao desqualificar todos os discursos e todos os projetos que tenham sido elaborados no quadro do espaço local. Por um lado, o local, o mais próximo, passa a ser o lugar da identificação dos problemas e da formulação das soluções. Por outro, instaura o planeta como a única verdadeira escala a ser considerada como referência das ações.

O que TOPALOV nos coloca, portanto, é que a “questão social” transformou-se em “questão ecológica” ou “ambiental”, ocorrendo o que se poderia chamar de substituição de paradigmas: o “velho”, sociocêntrico, está sendo substituído pelo “novo”, ecocêntrico. *A angústia da catástrofe ecológica veio substituir a da questão social* (p.42).

O autor apresentou essa discussão em 1986 e vemos, hoje, a confirmação de sua hipótese mediante a análise do papel central que a “questão ambiental” tem ocupado nos debates acadêmicos e na ação governamental.

Verificamos, também, que o estágio da urbanização em nível mundial faz com que muitas vezes o estudo da questão ambiental se confunda com a análise dos problemas ambientais das cidades, e nessas condições, o espaço da cidade passa a ser o *locus* preferencial sobre o qual recai a ênfase dos debates relativos à “questão ambiental”.

3. PROBLEMAS AMBIENTAIS URBANOS

Tomando como referência a discussão apresentada por LEFEBVRE (1978), SERRA (1987) e SANTOS (1996), a cidade pode ser entendida como ambiente construído; conjunto de espaços construídos que se assentam sobre suporte natural pré-existente, progressivamente transformado segundo determinadas lógicas, que apresenta uma distribuição dinâmica de usos e funções.

Nesta concepção, discutir ambiente urbano supõe considerar este enquanto espaço e suporte natural transformados pelas práticas dos agentes presentes neste espaço, as quais definem aqueles usos e funções. A degradação ambiental seria consequência, portanto, de usos inadequados do ambiente urbano.

Referenciando-se na discussão apresentada por TOPALOV, podemos verificar que a consolidação de um novo paradigma centrado no meio ambiente vem afetando fortemente as abordagens dos problemas urbanos, gerando uma nova agenda de questões a ser contemplada no planejamento e gestão das cidades.

Os principais pontos dessa nova agenda podem ser resumidos como: 1) incentivo a formas alternativas de gestão urbana, sempre agregando o maior número possível de representações comunitárias (satisfazendo, sobretudo, exigências

internacionais em voga quanto à participação efetiva de cidadãos que agora devem compartilhar competências com o poder público); 2) prioridade a projetos destinados a reforçar a imagem da cidade global (a cidade deve competir num cenário de mercado global); 3) identificação das demandas conflitivas dos diversos atores sociais urbanos de forma a orientar as ações para um consenso que fortaleça a região (Mais uma vez, tem-se um apelo à gestão urbana compartilhada. O poder municipal deve ter como parceiros não apenas os atores que se expressam por demandas sociais, mas igualmente aqueles capazes de investir recursos financeiros em projetos de interesse mais geral); 4) inserção de parâmetros de qualidade do ambiente urbano relacionados à preservação/conservação da natureza (o tema das administrações municipais deixa de ser meramente urbano e passa a ser "ambiental urbano"); 5) demanda para discussões sobre o conceito de sustentabilidade, uma vez que falta clareza para aplicação desse conceito.

4. SUSTENTABILIDADE URBANA E PRÁTICAS SOCIAIS

O termo sustentabilidade é mais largamente utilizado como referência à sustentabilidade ambiental. De modo geral, a realidade tem provado ser o desenvolvimento sustentável um conceito de difícil entendimento e de difícil consecução. Tal questão conceitual passa pois a ser fundamental para a adoção de medidas necessárias para a garantia de padrões mínimos de qualidade de vida. Mais uma vez, a representação que o habitante urbano cria da sustentabilidade desejada poderá caracterizar ações concretas de transformação, seja pela expressão de demandas ao poder público, seja pelo grau e tipo de respeito ao ambiente em que se vive, seja por reavaliacões relativas a modelos de desenvolvimento e/ou sociedades de consumo que se tem construído.

A complexidade quanto à conceituação de sustentabilidade aumenta quando esta é introduzida na problemática do espaço urbano. No entanto, vem-se firmando a noção de que a sustentabilidade urbana, mais que aquela procurada em ambientes pouco ou não antropizados, não se limita a interesses ecológicos. Em CAMAGNI, CAPELLO E NIJKAMP (1997), por exemplo, a busca de uma cidade sustentável por meio da simples priorização dos aspectos naturais é considerada incorreta, uma vez que nesse espaço convivem três ambientes: o físico (natural e construído), o econômico e o social. As externalidades, positivas e negativas, resultantes da inter-relação entre eles é que definiria eventuais níveis de sustentabilidade.

A urbanização representa um grande desafio frente às discussões em torno do conceito de desenvolvimento sustentável. Este quadro indica a necessidade de entendê-lo como um processo, uma transição para graus crescentes de racionalidade ambiental, vinculada a questionamentos e tomada de decisões no âmbito sócio-cultural, econômico e político.

Como então, abordar os problemas ambientais urbanos sob o ponto de vista da sustentabilidade?

Entendemos que o conceito de sustentabilidade no meio urbano deve ser construído tomando-se como premissa a análise de práticas e conflitos que ocorrem neste espaço, o que, por sua vez, passa a orientar a discussão sobre os limites para implementação de estratégias de desenvolvimento baseadas neste conceito.

Esta questão, por sua vez, define a abordagem da sustentabilidade no meio urbano a partir de três eixos:

- verificação da ação da população urbana no seu meio, uso do espaço, e formas de reconhecimento/apreensão desta ação;
- identificação da forma/expressão espacial que esta ação assume;
- estudos das possibilidades desta ação/forma induzir/facilitar condutas positivas em relação ao ambiente urbano.

A análise do conceito de sustentabilidade no meio urbano requer, portanto, uma tradução em termos operativos, que reconheça que a incorporação deste conceito na gestão das cidades só ocorrerá a partir de uma visão holística da realidade.

Esta abordagem totalizante tem como principal eixo a relação práticas sociais/ambiente urbano, a partir da qual é possível identificar o que sustentar, ou seja, definir o que deve permanecer, o que será transformado e os limites dessa transformação. Neste caso, uma das condições para a aplicabilidade do conceito seria a mudança de atitudes referentes a estilo de vida, consumo, uso e ocupação do espaço, enfim, transformações nas rotinas e condutas cotidianas da população em relação ao ambiente.

Entendemos que as abordagens da questão ambiental urbana devem pautar-se pelo princípio de que esta é, de fato, uma questão onde interagem componentes sociais, econômicos e naturais e, nestas condições, o desenvolvimento sustentável deve ser considerado, antes de tudo, como um acordo político, no qual se discute o que deve ser mantido e o que pode ser assumido como variável. E é neste ponto que se justifica ainda mais a participação de diversas disciplinas, de forma que as questões ambientais possam ser analisadas em toda sua diversidade e complexidade. Como colocam RAYNAUT e ZANONI (1994), “*a necessária colaboração entre disciplinas ganha densidade na prática social, cuja finalidade é intervir no real e confrontar-se à complexidade do campo onde atua*” (p.148).

Enfim, o entendimento do conceito de sustentabilidade deve ser buscado – e isso por si só é um desafio – nas práticas sociais, considerando-se as complexidades que lhes são inerentes. Isso exige um trabalho que se fundamente, a um tempo, na multiplicidade de agentes da cidade, na multiplicidade de direitos, responsabilidades e interesses aí observados e – por uma questão metodológica – na multiplicidade de ciências capazes de contribuir para o processo de construção da sustentabilidade no meio urbano.

5. À GUIA DE CONCLUSÃO

Este trabalho pretendeu discutir a relação entre práticas sociais e desenvolvimento sustentável no meio urbano. Essa discussão foi encaminhada abordando-se dois aspectos: 1) o fato da efetividade dessas ações estar relacionada à formação na sociedade de atitudes e valores positivos em relação ao ambiente urbano e, 2) as possibilidades de isso ser incorporado a políticas urbano-ambientais.

Considerando o estado pouco avançado da literatura sobre a sustentabilidade urbana (ora reproduzindo preocupações que se adequam mais a espaços não antropizados, ora tendendo a avaliações reducionistas desta ou daquela ciência), não se pretendeu aqui apresentar posições definitivas, senão *insights* para uma discussão mia

aprofundada. Com este fim, mais que apresentar uma conclusão, elenca-se alguns temas que poderiam fornecer subsídios para respostas mais consistentes:

1. A implantação de programas de desenvolvimento sustentável implica na escolha de estratégias destacadas de um universo de possibilidades, tendo em vista a capacidade de sua operacionalização. A abordagem holística, necessária para se conhecer a complexidade da questão ambiental, deverá pautar-se na hierarquização das relações e identificação daquelas de maior significância;
2. Os instrumentos de operacionalização dos princípios do desenvolvimento sustentável devem conceituá-lo não somente como uma questão de compromisso intergeracional (garantir os mesmos recursos hoje disponíveis à geração presente aos indivíduos das gerações futuras), mas também sob o ponto de vista de uma equidade intra-geracional (garantir a equidade quanto ao acesso dos recursos hoje apropriados pela geração presente);
3. Sendo a cidade um ambiente construído, há uma tendência de priorizar o conjunto físico, material, deste ambiente no momento de definição das políticas de intervenção. Há que se considerar, entretanto, a força dos aspectos imateriais desse espaço construído, vinculados a valores culturais e práticas sociais. Nestas condições, as discussões sobre a sustentabilidade no meio urbano devem constituir-se em um exercício democrático e compartilhado do poder e da cultura;
4. Para um desenvolvimento sustentável no meio urbano será necessário a configuração deste como *pacto social*, no qual serão negociadas as perdas ambientais e sociais e acertados os agentes, e correspondentes parcelas de participação, frente aos custos do bem estar coletivo;
5. Pensar concretamente qual é o tipo de cidade que desejamos; definir o que queremos sustentar, parece ser um caminho mais fácil do que definir padrões abstratos de desenvolvimento e de sociedade sustentáveis. Isto torna-se possível quando se abre um debate coletivo sobre o que deseja a maior parte da população, com as autoridades públicas assumindo um papel de articulação, o que implica em recuperar o papel do Estado como mediador entre agentes que produzem o espaço urbano.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERGER, P. L. e LUCKMANN, T. A Construção Social da Realidade: Tratado de Sociologia do Conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1985.
- CAMAGNI, R; CAPELLO,R; NIJKAMP,P. “Towards sustainable city policy: na economy-environment technology nexus”, in: Ecological Economics, nº 24, 1988
- CASTELLS, Manuel. La crisis, la planificación y la calidad de la vida: el manejo de las nuevas relaciones históricas entre espacio y sociedad. In: Revista Mexicana de Sociología, UNAM, año XLVI, Vol. XLVI. N.4, oct-dic, 1984, pp.36-65.
- CIDADE, Lúcia Cony F. “A questão ambiental urbana: perspectivas de análise” In: Encontro Nacional da ANPUR - Anais. Brasília: ANPUR, 1996
- GARCÍA, Rolando. “Interdisciplinariedad y sistemas complejos”, In: LEFF, Enrique. Ciencias sociales y formación ambiental. Barcelona: Gredisa, 1994
- GODELIER, M. L'Ideel et le matériel. Paris: Fayard, 1984
- LEFEBVRE, Henri. El derecho a la ciudad. Barcelona: Ediciones Península, 1978
- NEIRA ALVA, Eduardo. Metrópoles (In) sustentáveis. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997
- RAYNAUT, C. e ZANONI, M. (editores científicos). Cadernos de Desenvolvimento e Meio Ambiente, nº1. Curitiba: Editora UFPR/GRID, 1994.
- SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SERRA, Geraldo. O espaço natural e a forma urbana. São Paulo: Nobel, 1987.
- TOPALOV, Christian. “Do planejamento à ecologia: nascimento de um novo paradigma de ação sobre a cidade e o habitat?” In: Cadernos IPPUR/UFRJ. Ano 1.Nº1. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, jan/abr, 1986
- TUDELA, Fernando.”Para uma cultura de sustentabilidade urbana”, In: NEIRA ALVA, Eduardo. Metrópoles (In) sustentáveis. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997
- ULTRAMARI, Clovis. “A viabilidade do desenvolvimento urbano sustentável para as cidades” In: Boletim informativo nº 33, Curitiba: UNILIVRE, Maio/junho, 1998